

Acesso à Justiça e Gênero: Contribuições do Polo Avançado do CEJUSC-UEPG

Direitos Humanos e Justiça

Coordenadora da atividade: Luana Marcia de Oliveira BILLERBECK

Maria Fernanda Ruppel SANCHES[1]

NPJ UEPG - Polo Avançado do CEJUSC

Resumo: O presente trabalho apresenta as experiências do projeto de extensão Polo Avançado CEJUSC-UEPG, iniciado em 2020 pelo Curso de Direito da UEPG em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná. O projeto atua na mediação e conciliação familiar pré-processual, promovendo acesso à justiça e cidadania à comunidade de Ponta Grossa, com encaminhamentos do Núcleo de Prática Jurídica da UEPG e do CEJUSC. Muitos atendimentos envolvem assimetrias de gênero, especialmente de mulheres, que acumulam responsabilidades familiares, enfrentam vulnerabilidade econômica e, em diversos casos, violência doméstica, desigualdades relacionadas à opressões interseccionais do patriarcado e da classe. Essa realidade exige que o atendimento esteja alinhado às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, que oferece parâmetros para a efetivação da igualdade substantiva. A ação extensionista busca estimular a autonomia das mulheres por meio da escuta qualificada, orientação jurídica e promoção dos métodos autocompositivos de solução de conflitos. A metodologia envolve atendimentos individualizados, sessões informativas e de mediação, presenciais e semipresenciais, conduzidas por docentes mediadoras com participação discente. Os resultados demonstram o fortalecimento da autonomia feminina, a resolução consensual de conflitos e a formação prática dos discentes, evidenciando a importância de abordagens humanizadas.

Palavras-chave: Mediação familiar. Mulheres em situação de vulnerabilidade. Acesso à justiça.

[1] Apresentadora



INTRODUÇÃO

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) foram instituídos em 2010, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estabeleceu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, e a criação de centros para as sessões de conciliações e mediações em consonância com o que a doutrina processual identifica como métodos adequados de solução de conflitos, ou seja, métodos de solução de conflitos baseados na vontade das partes (Neves, 2022).

O projeto Polo Avançado CEJUSC-UEPG em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná, é relevante social e juridicamente, pois além de possibilitar que a população em situação de vulnerabilidade social tenha acesso ao atendimento e à informação jurídica, possibilita a autocomposição fundada na autonomia e voluntariedade. Também proporciona aos discentes extensionistas a prática do Direito, em especial na área da família, na mediação e no atendimento humanizado. Além do contato direto com a aplicação do Protocolo para Julgamento na Perspectiva de Gênero, e a compreensão dos aspectos interseccionais de raça, gênero e classe que atravessam as mulheres atendidas, ampliando o conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

A ação de extensão tem atuação pré-processual e funciona como uma das múltiplas portas de entrada do acesso à justiça, oferecendo meios extrajudiciais de solução de conflitos, aproximando a universidade das demandas sociais reais. As demandas do Polo Avançado são principalmente conflitos da área de família- como divórcio, guarda e alimentos- envolvendo pessoas com renda de até 3 salários mínimos mensais. Sendo assim, o público-alvo do projeto são cidadãos em situação de vulnerabilidade econômica, com destaque para mulheres em contextos de desigualdade de gênero e, em alguns casos, de violência, que encontram na mediação orientação e solução para seus conflitos.

O recorte de gênero ancora-se no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero (CNJ, 2021), que impõe a obrigatoriedade de que todos que atuam no sistema de justiça se utilizem dessa ferramenta para enfrentar as desigualdades estruturais da sociedade, que resultam em violência e iniquidade social e jurídica.



OBJETIVOS

O principal objetivo desta ação de extensão é proporcionar o acesso à justiça para a comunidade economicamente hipossuficiente de Ponta Grossa, em especial, mulheres em situação de vulnerabilidade e/ou vítimas de violência doméstica, por meio do trabalho desenvolvido no Polo Avançado do CEJUSC-UEPG. Através do projeto, busca-se promover a escuta qualificada, oferecer orientação jurídica sobre direitos e deveres nas relações familiares e contribuir para a conscientização sobre os métodos autocompositivos de solução de conflitos, visando fortalecer a autonomia dessas mulheres de acordo com os princípios do acesso à justiça (Santos, 2014).

Além disso, o projeto extensionista visa capacitar os acadêmicos do Curso de Direito para atuar na mediação familiar, promovendo a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Pretende-se, ainda, desenvolver atividades de orientação sobre direitos das mulheres e formas de resolução de conflitos baseadas na autonomia da vontade, fortalecendo o serviço prestado pela universidade à comunidade, a fim de ampliar o acesso à justiça e o acolhimento para as mulheres atendidas.

METODOLOGIA

A metodologia adotada no projeto de extensão Polo Avançado do CEJUSC-UEPG, concentra-se nas demandas da área de família, e é executada por uma equipe composta por docentes da UEPG que atuam como mediadoras habilitadas pelo TJPR, além dos discentes do curso de Direito, o que lhes permite a aproximação entre teoria e prática jurídica. Também possibilita o desenvolvimento de competências técnicas e humanas necessárias à mediação, em consonância com o que Spengler (2021) descreve como mediação transformadora.

As atividades são realizadas em duas etapas: a primeira, denominada sessão informativa, oferece informações jurídicas relativas às questões de família e escuta qualificada das demandas apresentadas pelas partes, em encontros separados para requerentes e requeridos. Essa distinção é importante pois os presentes podem tirar dúvidas e fazer perguntas que são comuns a todos.

É nessa etapa, em especial, que as lentes de gênero são importantes para a compreensão das desigualdades estruturais que atravessam as famílias e impactam no acesso efetivo da justiça e na garantia da igualdade substancial. Assim os atendimentos são realizados, observando as diretrizes do Protocolo para Julgamento na Perspectiva de Gênero, que considera as múltiplas dimensões das opressões interseccionais que atravessam a vida das mulheres, como gênero, classe e raça.

Já na segunda etapa do atendimento, de sessão de mediação, ambas as partes (requerente e requerido) comparecem, e juntamente com o mediador, realiza-se a sessão, pautada pelos princípios da confidencialidade, voluntariedade e decisão informada. Ao final da sessão o acordo é confeccionado e encaminhado ao Poder Judiciário para a devida homologação judicial.

RESULTADOS

Os resultados obtidos pelo projeto de extensão NPJ UEPG – Polo Avançado do CEJUSC demonstram a eficácia da ação de extensão na promoção do acolhimento, orientação e da mediação familiar para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica ou social. O projeto contemplou os principais pilares da extensão universitária, incluindo o contato com a comunidade externa, e, principalmente, reforçou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão proporcionando experiências práticas significativas aos acadêmicos.

O atendimento jurídico ofertado pelo projeto é pautado na escuta ativa, no acolhimento humanizado e na orientação jurídica, reforçada nas sessões informativas, nas quais se dialoga acerca dos direitos e deveres das mulheres no contexto dos conflitos familiares, a fim de que elas possam firmar acordos justos e equilibrados com seus ex-cônjuges/companheiros. Isso se evidencia, principalmente, porque, embora o projeto atue de forma presencial, são ofertadas sessões semipresenciais para mulheres que não podem comparecer, ou que estão em situação de violência doméstica.

Para avaliar os resultados obtidos, foram utilizados relatórios e planilhas desenvolvidos pelos alunos extensionistas, o acompanhamento dos casos- desde sua protocolização até a homologação do acordo pré-processual- e feedbacks das participantes, possibilitando a avaliação da evolução dos casos e a eficácia das atividades desempenhadas no projeto. Dentre os principais resultados, pode-se destacar o fortalecimento da autonomia e da conscientização das mulheres atendidas, o fomento à resolução pacífica de conflitos familiares e o desenvolvimento da prática jurídica nos discentes participantes. Esse processo de monitoramento, segundo Faria (1997), é essencial para validar a função social do Judiciário no atendimento à comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades realizadas pela ação de extensão "NPJ UEPG – Polo Avançado do CEJUSC" demonstram a importância dos métodos autocompositivos de solução de conflitos, como a mediação familiar, na promoção do acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, incluindo aquelas vítimas de violência doméstica. Diante do exposto acima, a equipe do projeto reconhece que o trabalho desenvolvido proporcionou não apenas a resolução pacífica de conflitos, como também o fortalecimento da autonomia das mulheres atendidas e a conscientização sobre seus direitos.

É evidente que as principais motivações do projeto são a promoção do acesso à justiça e o desenvolvimento da formação prática dos acadêmicos participantes, permitindo a integração entre os aspectos teóricos e práticos do Direito. Os desafios enfrentados durante a ação de extensão incluem a exclusividade do atendimento presencial, que em alguns casos exigiu a implementação de sessões semipresenciais, e a necessidade de adaptação às demandas emocionais e jurídicas das participantes.

Nesse sentido, a ação de extensão demonstrou ser um meio eficaz de aproximação da universidade com a comunidade, além de evidenciar a importância de abordagens

humanizadas na mediação familiar. Para o futuro, planeja-se ampliar o número de atendimentos, a fim de promover um alcance social ainda maior, fortalecer o acompanhamento jurídico contínuo das mulheres atendidas, garantindo, assim, a continuidade e ampliando o impacto do projeto.

APOIO

O projeto de extensão e o presente trabalho contaram com o apoio da Fundação Araucária, por meio da concessão da bolsa na modalidade PIBEX, cujo suporte financeiro foi de extrema importância para o desenvolvimento das atividades do projeto. A equipe do NPJ UEPG – Polo Avançado do CEJUSC e a autora expressam seus sinceros agradecimentos à Fundação Araucária pelo incentivo à extensão universitária e à formação prática dos acadêmicos de Direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.105, de 11 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Brasília: CNJ, 2021.

FARIA, José Eduardo. **Direito e justiça**: a função social do Judiciário. São Paulo: Ática, 1997.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil** - Volume único. 14. ed. São Paulo: Juspodivm, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação de conflitos**: da teoria à prática. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021.